

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.500.714 - AL
(2019/0136000-6)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : ACILENIA MARIA DOS SANTOS
AGRAVANTE : ADRIANA DOS SANTOS
AGRAVANTE : ALESSANDRO MARCELO DOS SANTOS
AGRAVANTE : COSMO HORACIO DOS SANTOS
AGRAVANTE : GLAUCIA SOARES VIEIRA
AGRAVANTE : ISMAEL ROQUE SANTOS
AGRAVANTE : JILSON PAULINO DOS SANTOS
AGRAVANTE : JOSE PETRUCIO DA SILVA
AGRAVANTE : KLEBSON RAMALHO DA SILVA
AGRAVANTE : LUCIANA TAVARES DOS SANTOS
AGRAVANTE : MARCIA REGIA CIPRIANO DOS SANTOS
AGRAVANTE : MARIA CRISTINA DOS SANTOS SOUZA
AGRAVANTE : MARIA DO CARMO BARBOSA DOS SANTOS
AGRAVANTE : MARIA DO SOCORRO BARBOSA GONCALVES
AGRAVANTE : MARIA GORETTI DOS SANTOS
AGRAVANTE : MARIA JOSE DOS SANTOS NETA
AGRAVANTE : MARIA JOSE MARIANO DA SILVA
AGRAVANTE : MARIA REGINA DOS SANTOS
AGRAVANTE : RONALDO DOMINGOS DOS SANTOS
AGRAVANTE : SEBASTIANA MARIA SILVA DE CARVALHO
ADVOGADOS : CLAUDIO PAULINO DOS SANTOS - AL013123
ADEMYR CESAR FRANCO - AL014184A
CARLOS REZENDE JUNIOR - AL014488A
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA
PROCURADOR : BRUNO JOSÉ BRAGA MOTA GOMES - AL008451

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por **Acilenia Maria dos Santos e outros** contra decisão da Presidência deste STJ, que não conheceu do agravo, nos seguintes termos (fls. 1.247/1.249):

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado por ACILENIA MARIA DOS SANTOS e OUTROS contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: Súmula 282/STF,

Superior Tribunal de Justiça

Súmula 518/STJ e ausência/deficiência de cotejo analítico.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente: ausência/deficiência de cotejo analítico.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito, confira-se este julgado:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.

2. Incabível a execução provisória da pena imposta a réu ao qual concedida a suspensão condicional da pena. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido e indeferido o pedido de execução provisória da pena. (AgRg no AREsp n. 1.193.328/GO, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 11/5/2018.)

Nesse sentido, vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 880.709/PR, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 17/6/2016; AgRg no AREsp n. 575.696/MG, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 13/5/2016; AgRg no AREsp n. 825.588/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/4/2016; AgRg no AREsp n. 809.829/ES, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 29/6/2016; e AgRg no AREsp n. 905.869/ES, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 14/6/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do

Superior Tribunal de Justiça

Superior Tribunal de Justiça, não conheço do agravo em recurso especial.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte agravante, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Inconformados, os agravantes afirmam que impugnaram, de forma expressa, todos os fundamentos da decisão que negara seguimento ao Recurso Especial, notadamente o fundamento de que a decisão recorrida está no mesmo sentido da orientação do STJ. Alegam que foi demonstrado pelas razões dos inúmeros recursos, apontando em cada uma das peças apresentadas que a decisão do Tribunal de Alagoas violou Lei Federal, Súmulas, o Decreto 20.910/1932, Precedentes, especialmente o REsp repetitivo 1.101.726-SP e a repercussão geral do RE 561.836-RN, pois, patente nas razões recursais e flagrantemente visível nos precedentes desse Superior Tribunal de Justiça que ocorreu sim, infração a regra do estatuído no art. 489, VI, art. 927, I, III e IV, art. 1.036, § 1º e art. 1.039 do CPC, inclusive ao repetitivo acima (fl. 1264).

Invocam a aplicação do princípio da inafastabilidade da jurisdição.

Requerem o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

Do exame atento dos autos, verifica-se que a Súmula 182/STJ foi aplicada em amplitude indevida. Reconsidero a decisão de fls. 1247/1248, e passo ao exame do agravo em recurso especial de fls. 1185/1230.

Trata-se de agravo manejado por **Acilenia Maria dos Santos e outros** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, assim ementado (fl. 1115):

APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDORES PÚBLICOS. MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA. UNIDADE REAL DE VALOR (URV).

Superior Tribunal de Justiça

LEI FEDERAL Nº 8.880/94. CONVERSÃO DO CRUZEIRO REAL DE ACORDO COM O NOVO PADRÃO MONETÁRIO INSTITUÍDO. PROCESSO INFLACIONÁRIO. CONSERVAÇÃO DO O PODER DE COMPRA DOS CIDADÃOS, RESTABELECENDO-SE O EQUILÍBRIO MONETÁRIO DE ACORDO COM A VARIAÇÃO DA MOEDA. PEDIDO DE o REVISÃO DOS CÁLCULOS, DE IMPLANTAÇÃO DA DIFERENÇA E DE PAGAMENTO DE VALORES RETROATIVOS. ALEGAÇÃO GENÉRICA DA OCORRÊNCIA DE PREJUÍZOS. AUSÊNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DO EFETIVO PREJUÍZO COM A CONVERSÃO DA MOEDA. ÔNUS PROBATÓRIO DOS AUTORES. ART. 373, I, DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. FIXAÇÃO E MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS PROCESSUAIS. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE. ART. 98, § 3º, DO CPC/2015. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 489, § 1º, VI do CPC/2015, 3º do Decreto nº 20.910/32 e 25 da Lei nº 8.880/94. Sustenta que *não se opera a prescrição do fundo de direito quando se tratar de obrigação de trato sucessivo, e também não se pode presumir que qualquer reestruturação superveniente da carreira teria o condão de afastar o direito ora buscado, mas somente aquela reestruturação onde a Lei reestruturante tratou expressamente sobre as perdas da URV* (fl. 874). Invoca a aplicação das Súmulas 85/STJ e 443/STF. Afirma a ausência de fundamentação do julgado *a quo*, argumentando que *as instâncias inferiores devem seguir enunciados de Súmulas, Jurisprudência ou Precedentes dos Tribunais Superiores, com objetivo racionalizar e dar isonomia aos pleitos de forma idêntica aos anteriores que já foram demandados, evitando assim injustiças e decisões díspares* (fl. 875). Colaciona acórdãos deste STJ, defendendo o direito dos servidores públicos estaduais e municipais à conversão dos seus vencimentos, de acordo com os critérios dispostos na Lei nº 8.880/94, e também que a concessão de aumentos e reestruturações posteriores não tem o condão de corrigir equívocos na conversão ou compensar perdas então verificadas (fl. 877).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Superior Tribunal de Justiça

O inconformismo não prospera.

O Tribunal de origem afastou a pretensão autoral às diferenças salariais, sob a seguinte fundamentação (fls. 1120/1129):

Cuida-se de recurso de apelação interposto por Acilenia Maria dos Santos e outros contra a sentença de improcedência proferida nos presentes autos pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível e da Infância e Juventude da Comarca de São Miguel dos Campos, em virtude da não demonstração dos fatos constitutivos do direito pleiteado.

Em razão da improcedência da causa, os autores interpuseram o presente recurso de apelação, no intuito de reformar a sentença para condenar o recorrido a recompor a perda salarial decorrente da ausência/errônea conversão dos seus salários o em URV, com a apuração do decréscimo salarial em liquidação de sentença, além de o condenar o recorrido ao pagamento dos valores pretéritos relativos aos últimos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, não se olvidando dos consectários legais da condenação e dos ônus da sucumbência.

Sendo assim, o cerne dos autos se refere à possibilidade de realização de revisão dos cálculos de conversão da remuneração de servidores do Poder Executivo, tendo por base a unidade real de valor (URV), à luz da Lei Federal nº 8.880/1994, obtendo-se a condenação do apelado ao pagamento das diferenças relativas às supostas perdas remuneratórias apuradas, inclusive no tocante aos últimos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação.

Pois bem.

Analizando a matéria, convém mencionar que a Lei Federal nº 8.880/94 (resultado da conversão da Medida Provisória nº 482/94) dispôs sobre o Programa de Estabilização Econômica e sobre o Sistema Monetário Nacional, além de instituir a unidade real de valor (URV), como parâmetro de conversão da remuneração e proventos percebidos até então, inclusive dos servidores públicos, a fim de viabilizar a transição da antiga moeda para a nova (do Cruzeiro Real para o Real).

Ou seja, a URV serviu de padrão de valor monetário, estipulando uma correspondência entre o Cruzeiro Real e o Real, durante um período de transição que se estendeu do mês de março até o mês de junho de 1994, tendo ocorrido a primeira emissão do Real em 1º de julho daquele ano.

Superior Tribunal de Justiça

Durante esse período de transição, a inflação atingiu diretamente o poder aquisitivo dos trabalhadores e servidores públicos brasileiros, colaborando a URV o para conservar o poder de compra dos cidadãos, tendo por base a variação da moeda para tentar estabelecer o devido equilíbrio entre o Cruzeiro Real e o Real. e o o , 23. Com relação aos servidores públicos, restou especificado no art. 22, da Lei Federal nº 8.880/94, o seguinte:

(...)

Apesar de ter sido estabelecido o caminho a ser trilhado para a realização do cálculo da mencionada conversão (levando-se em conta o último dia de cada um dos meses indicados no inciso I do art. 22 da Lei Federal nº 8.880/94, a fim de ser extraída a média aritmética dos valores), como bem ressaltado na sentença, o que importava era o mês da competência.

Ocorre que, em razão da sistemática de pagamento adotada por muitos entes federativos, segundo a qual o dia do pagamento não correspondia ao último dia do mês, bem como em virtude dos altos índices inflacionários do período e a dificuldade enfrentada para a implementação do cálculo em comento, diversos entes federativos não promoveram a conversão de forma correta, não obstante a tentativa de saneamento dos possíveis equívocos pela aplicação da sistemática do art. 25, da mesma lei.

Porém, notadamente para aqueles servidores pertencentes aos Poderes Constituídos que recebiam duodécimos, hipótese na qual seria mais adequada a aplicação da sistemática do art. 19, para o qual se levava em consideração o valor em cruzeiros reais do equivalente em URV da data do efetivo pagamento, as respectivas conversões de salários ocasionaram perdas remuneratórias, seja por não terem sido efetuadas nos exatos termos da Lei Federal nº 8.880/94, seja por sequer ter sido implementada uma eventual diferença a maior devida aos servidores, fatos estes que resultaram em um grande número de ações judiciais.

Por essa razão, o Superior Tribunal de Justiça analisou a matéria conforme o julgamento do REsp nº 1.101.726/SP, em sede de recursos repetitivos

(...)

O Supremo Tribunal Federal, por seu turno, ao analisar os autos do RE 561.836/RN, firmou, em repercussão geral, o

Superior Tribunal de Justiça

seguinte entendimento:

(...)

Entendeu-se, pois, tanto no STJ, quanto no STF, que se afigura indevida a eventual compensação entre os valores porventura devidos a título de não conversão ou de conversão equivocada da remuneração paga em Cruzeiros Reais para a URV e os possíveis aumentos remuneratórios supervenientes, pagos aos servidores na condição de reajuste e/ou de revisão de remuneração, visto que se cuidam de parcelas com naturezas jurídicas diversas.

Não obstante tal conclusão, firmou-se, também no âmbito do STF e ainda na oportunidade do julgamento do RE nº 561.836/RN, o entendimento de que a reestruturação remuneratória da carreira, operada por lei superveniente, teria o condão de fixar o termo ad quem para a percepção das aludidas diferenças decorrentes das perdas originadas com a ausência de conversão em URV ou da respectiva conversão realizada equivocadamente, quando em descompasso com o sistema estabelecido pela Lei Federal nº 8.880/94.

Daí surgiu a tese jurisprudencial de que a reestruturação da carreira impede a continuidade ou o início da percepção da eventual diferença apurada, o porquanto não há direito à percepção ad aeternum, ou seja, direito adquirido à percepção da vantagem de modo indefinido no tempo.

Nesse norte, não há direito adquirido à percepção da parcela de remuneração de servidor público relacionada à URV, salvo na hipótese de ausência de alteração na estrutura remuneratória da carreira, de maneira que, promovida uma reestruturação da carreira à qual pertence o servidor, presume-se ser esta o limite final para a existência do direito, inovando-se a situação funcional do servidor com o surgimento de novo regramento a ele aplicável.

Isso porque, também como é cediço, o regime jurídico aplicável às relações jurídicas funcionais estabelecidas entre os servidores e a Administração Pública pode ser alterado de acordo com a discricionariedade administrativa, bastando, para tanto, que seja preservada a garantia da irredutibilidade remuneratória prevista no art. 37, XV, da Constituição Federal de 1988, pois inexistente o direito adquirido de servidor público a regime jurídico funcional, inclusive o remuneratório.

Assim, a reestruturação remuneratória promovida na carreira

Superior Tribunal de Justiça

do servidor público ocasiona o afastamento da eventual parcela de 11,98% (URV), incorporada ou não, impedindo-se que o seu pagamento perdure por toda a relação jurídica funcional do servidor para com a Administração Pública, notadamente por inaugurar nova situação jurídica remuneratória, diversa da situação funcional e da realidade fática anteriormente existente.

O presente caso, porém, não versa sobre essa hipótese, qual seja, a de o reestruturação da carreira dos servidores e sua utilização como termo final para a cobrança de eventuais diferenças devidas, visto que não há nos autos qualquer alegação nesse sentido.

Na verdade, o que se verifica é que os autores, ora apelantes, não trouxeram aos autos os elementos probatórios do efetivo prejuízo por eles sofrido, pois não demonstraram que o ente municipal recorrido deixou de promover a correta conversão dos salários, bem como não indicaram, com precisão, em qual data o percebiam as suas remunerações ou qual seria o valor devido a cada um deles, restando apenas preenchido o "requisito" da inexistência de reestruturação remuneratória na e o carreira dos servidores.

Isso, porque, conforme se extrai das peças destes autos, o percentual de o 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento) apenas era devido aos servidores que o recebiam a sua remuneração no dia 20 (vinte) de cada mês, deixando de adotar o índice o que supostamente deveria ter sido utilizado nos cálculos, ao passo que os apelantes o acostaram aos autos apenas as fichas financeiras e planilhas de cálculos que, conforme bem assentado nas contrarrazões, utilizam indistintamente o referido percentual sem esmiuçar a forma de aplicação e seus porquês.

Some-se a isso o fato de que, apesar da argumentação recursal quanto à necessidade de realização da liquidação do julgado eventualmente procedente após o insucesso do ente municipal quanto à comprovação de que teria realizado a conversão de modo correto, não entendo ser o caso de inversão do ônus da prova em favor dos servidores, haja vista que não há constatação de prova diabólica se o ônus probatório da insuficiência do quantum percebido, da data dos pagamentos das remunerações e do valor que efetivamente seria devido é ônus que recai sobre quem alega ter o direito.

Ou seja, os recorrentes não se desincumbiram de demonstrar os fatos constitutivos do seu direito, apenas alegando possuí-lo,

Superior Tribunal de Justiça

porém sem corroborar essa afirmação com elementos probatórios consistentes.

Nesse sentido, entendo que a sentença trilhou caminho correto ao concluir que não há, nos autos, indicativos mínimos da existência do direito pleiteado:

Da análise minuciosa dos documentos acostados aos autos, não há prova da existência dos prejuízos dos autores quanto ao desconto em suas remunerações. É que não restou demonstrado que houve atraso em seus pagamentos, vez que não há a data de pagamento devido nem efetivo, e também não há demonstração de quantum da inflação seria devida ao presente caso. O que se infere dos presentes autos é que os autores demonstram a existência de um direito abstrato e geral, mas não demonstram a subsunção de seus casos na hipótese normativa. Não se trata de necessidade de instrução processual, mas e o de ausência de indicativos mínimos, no caso concreto, que sustentem o direito à recomposição.

Ora, conforme previsto no art. 333, I e II, do CPC/1973, cuja ideia vem o atualmente reproduzida pelo art. 373, I e II, do CPC/2015, ao autor incumbe o ônus da prova quanto ao fato constitutivo do seu direito, ao passo que sobre o réu recai o dever o de provar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Entretanto, os autores, ora recorrentes, não trouxeram aos autos sequer um lastro probatório mínimo capaz de demonstrar a existência do seu direito ou da diminuição salarial afirmada, havendo, apenas, argumentação fundada na jurisprudência do STF, sem que tal entendimento possa ser aplicado de forma indistinta para todos os servidores públicos.

Nesse contexto, observa-se que as matérias pertinentes aos arts. 489, § 1º, VI do CPC/2015, 3º do Decreto nº 20.910/32 não foram apreciadas pela instância judicante de origem, tampouco foram opostos embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Portanto, ante a falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 282/STF.

Lado outro, é de se constatar que remanesceu íntegro o fundamento do aresto estadual segundo o qual *os autores, ora apelantes, não trouxeram aos autos os*

Superior Tribunal de Justiça

elementos probatórios do efetivo prejuízo por eles sofrido, pois não demonstraram que o ente municipal recorrido deixou de promover a correta conversão dos salários, bem como não indicaram, com precisão, em qual data o percebiam as suas remunerações ou qual seria o valor devido a cada um deles, restando apenas preenchido o "requisito" da inexistência de reestruturação remuneratória na e o carreira dos servidores. Incidente, pois, a Súmula 283/STF, que assim dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida se assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.". A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

Ademais, a desconstituição das premissas lançadas pela instância ordinária, na forma pretendida, demandaria o reexame de matéria de fato, procedimento que, em sede especial, encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Pelos mesmos motivos, segue obstado o recurso especial pela alínea *c* do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts. 1.029, § 1º, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo. Levando-se em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do novo CPC/2015), observando-se, contudo, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015, em razão da concessão do benefício da assistência judiciária gratuita.

Publique-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator